



## O PAPEL DO PSICÓLOGO NO AUXÍLIO A MULHER VÍTIMA DE ABUSO DOMÉSTICO

## THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN HELPING WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC ABUSE

Weslaine Ribeiro Barbosa <sup>\*</sup>

Daniela Soares Rodrigues <sup>\*\*</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal descrever a forma que o psicólogo atua diante a vítimas de abuso doméstico, explicitando as diferentes formas de violência que a mulher está sujeita. Sabe-se que a violência doméstica em suas diferentes formas é um tema que está presente na sociedade desde a antiguidade, apesar de ter ganhado força maior atualmente. A mulher que sofre o abuso doméstico, seja por parte do cônjuge, da família ou qualquer outra pessoa do seu ciclo social, passa por um contínuo de dores e impactos emocionais e que interferem diretamente na sua vida biopsicossocial. Tendo como base uma revisão bibliográfica acerca do tema, onde, objetiva alcançar um maior entendimento acerca do que é o abuso doméstico, e como o psicólogo trabalhará com as vítimas, ressaltando a importância da atuação desse profissional. Utilizando autores como: Marodin (2000); Hirigoyen (2006); Soares (2005). Onde, foi abordado conceitos a respeito do que é o abuso doméstico, bem como as principais características para identificar possíveis situações de abuso doméstico, e a forma de atuação do psicólogo frente às vítimas que chegam até esse profissional sofrendo com os efeitos de tal violência. Portanto, o psicólogo ao trabalhar essa demanda, desenvolve sua atuação oferecendo às vítimas devido apoio emocional e psicológico, onde será trabalhado na psicoterapia aspectos da sua vivência, assim como o reconhecimento de tal violência, minimizando assim, as sequelas emocionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Apoio. Psicólogo. Violência. Vítimas.

### ABSTRACT

The present work has as main objective to describe the way that the psychologist works with victims of domestic abuse, explaining the different forms of violence that the woman can be subject to. It is known that domestic violence in its different forms is a theme that has been present in society since olden times, despite having gained greater strength today. The woman who suffers domestic abuse, whether by her spouse, family or any other person in her social cycle, goes through a continuum of pain and emotional impacts that directly interfere in her biopsychosocial life. Based on a bibliographic review on the subject, where it aims to achieve a greater understanding of what domestic abuse is, and how the psychologist will work with the victims, emphasizing the importance of this professional's performance. Using authors such as: Marodin (2000); Hirigoyen (2006); Soares (2005). Where, concepts about what

\* Graduando em Psicologia pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: weslaine1997@gmail.com

\*\* Orientador, Graduado em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira- UNIVERSO, e Pós Graduado em Docência Universitária pela Faculdade de Iporá. E-mail: [soaresdaniela675@gmail.com](mailto:soaresdaniela675@gmail.com)

domestic abuse is, as well as the main characteristics to identify possible situations of domestic abuse, and the psychologist's way of acting in front of victims who come to this professional suffering from the effects of such violence are studied. Therefore, the psychologist, when working with this demand, develops his performance by offering victims due emotional and psychological support, where aspects of the victim's experience will be worked with in psychotherapy, as well as the recognition of such violence, thus minimizing the emotional sequelae.

**Keywords:** Support. Psychologist. Violence. Victims.

## 1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um tipo de abuso caracterizada por um padrão de comportamento comumente praticado contra o público feminino. Esse tema tem ganhado cada dia mais espaço na atual sociedade, apesar de ser um assunto rodeado de tabus, estima-se que boa parte do grupo social feminino já tenha sofrido em algum momento, seja por familiares, cônjuge, ou outra pessoa inserida no seu ciclo afetivo-social.

Devido a diversos movimentos feministas, a violência doméstica, antes considerada como um problema que não era passível a intervenção estatal, hoje, é cabível punição jurídica, prevista de acordo com a Lei Maria da Penha. Os motivos alegados pelos violentadores são diversos e muitas vezes banais, isso se dá principalmente pelas ideias de patriarcado masculino, ainda presentes na sociedade. Conceito esse trazido por um histórico cultural, onde, o homem se vê como um ser superior, detentor de poder, e que precisa ter domínio das situações, bem como da vítima, que deve obedecê-lo fielmente.

Por isso, faz-se tão necessário a atuação do psicólogo diante ao sofrimento emocional das vítimas, uma vez que esse profissional oferecerá escuta, acolhimento e utilizará de suas técnicas formas de intervir diante a saúde emocional da vítima. Além de expor o tema a população feminina que diariamente lida com as consequências emocionais e físicas de companheiros praticantes de abuso doméstico.

Dessa forma, o referido trabalho busca compreender o papel do psicólogo no auxílio à mulher vítima de abuso doméstico, ressaltando no decorrer do referencial teórico a importância do psicólogo no processo de reestruturação cognitiva e social da mulher vítima. Onde, tem-se como objetivos específicos a serem alcançados: Explicar o que é abuso doméstico; identificar as características psicológicas da vítima

de abuso doméstico; Definir a importância do apoio psicológico a vítima de abuso doméstico.

A metodologia utilizada para delimitação do tema foi a pesquisa bibliográfica, que por meio de livros, revistas, jornais e artigos, buscou explicar e discutir as possíveis formas de intervenção que um psicólogo pode realizar com vítima, perpassando por todo o tocante psicológico e emocional da vítima, que irá expor seus sentimentos, sensações, vivências, medos e angústias durante o processo terapêutico.

Desse modo, o referencial teórico desse artigo busca apresentar: O que é o abuso doméstico e como ele ocorre; Características psicológicas da vítima de abuso doméstico; Apoio psicológico a vítima.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O QUE É A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E COMO ELA OCORRE.**

Por muitos anos, as mulheres viam a violência sofrida como um fenômeno natural, principalmente quando ocorria em um relacionamento conjugal ou em ambiente familiar, até recentemente isso era visto como uma questão de esfera privada que o Estado não podia intervir devido à prevalência de ideia: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Por meio do movimento feminista, na década de 1970, a violência contra a mulher ganhou destaque e passou a ser vista como uma questão social, desmistificando as narrativas populares, pois na brigada de marido e mulher, o Estado mete a colher, sim (CORTIZO & GOYENCHE, 2010).

Para falar de violência doméstica contra a mulher, é preciso lembrar alguns conceitos relevantes para a compreensão desse fenômeno. Implícita nesse tipo de violência está a relação de poder e domínio dos homens sobre as mulheres, que decorre da hierarquia de papéis de gênero criada pela construção sociocultural do patriarcado. (MONTEIRO, 2012).

O patriarcado pode ser entendido como um sistema que promove as desigualdades de gênero por meio da dominação masculina da ideologia e dos valores femininos. Trata-se de um sistema destinado a “manter a supremacia masculina por meio de duas técnicas fundamentais: afirmar a superioridade masculina e reforçar a relativa inferioridade feminina” (AZEVEDO, 1985, p. 47).

A sociedade e a cultura determinam os papéis de mulheres e homens e definem os papéis de gênero. Não são as características biológicas inerentes a homens e

mulheres que determinam o gênero de homens e mulheres, mas “os aspectos psicológicos, sociais e culturais que compõem a feminilidade e a masculinidade [...]” (MARODIN, 2000, p.9) .

O conceito de gênero destaca, assim, o impacto das dinâmicas relacionais e dos padrões sociais na formação das identidades masculina e feminina, sugerindo que as características biológicas por si só não são suficientes para definir as identidades de gênero, pois a construção dessas identidades é um fenômeno biopsicossocial. (Hellborn, 1996 apud OLIVEIRA E SOUZA, 2006). Nesse sentido, gênero é um conceito que deve ser entendido a partir de uma perspectiva biopsicossocial, onde biologia, psicologia e sociedade se encontram em uma relação dialética na composição da masculinidade e da feminilidade. (SAFFIOTI, 2004). Beauvoir (1987) explicou esse conceito através da famosa frase “[...] ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. (p. 13).

Segundo Bourdieu (1994), formamos nossa primeira identidade (homem ou mulher) a partir do próprio corpo, assim, marcado e determinado pelo nosso gênero (biológico), define se seremos dominados (feminino) ou dominantes (masculino), todos desempenham um papel socialmente construído. E dessa forma, o corpo é onde o poder é exercido (apud, MONTEIRO, 2012).

Esses papéis geralmente são passados para o indivíduo desde o nascimento por meio de sua família. Ele foi educado e instruído a se comportar de uma certa maneira, dependendo de seu gênero. A família transmite seus valores e crenças ao sujeito e regras formando uma “identidade familiar” que auxilia na formação da identidade do indivíduo. A formação dos valores de cada família é influenciada pelo seu ambiente, que está em constante mudança (MARODIN, 2000).

Devido à influência dos meios de comunicação em massa, meninos e meninas recebem educação diferente de suas famílias. Televisão, jornais e revistas veiculam e alimentam estereótipos sobre mulheres/meninas e homens/meninos o tempo todo, criando uma enorme dicotomia entre os sexos. Um homem não pode agir como uma mulher, ele tem se diferenciar em comportamento e emoção, caso contrário a sociedade duvidará de sua masculinidade porque ele precisa mostrar mais força, masculinidade e poder do que as mulheres (AZEVEDO, 1985).

Valores e crenças são aprendidos pelos indivíduos bem como expectativas sobre como maridos e esposas devem se comportar e, a partir de experiências em sua família, casamento, namoro e sua comunidade. Esse aprendizado vai contribuir

com a determinação dos papéis de gênero, que tanto o homem como a mulher devem desempenhar no contexto social, familiar e conjugal (MARODIN, 2000).

O estudo dos papéis de gênero trouxe contribuições importantes, pois podem ser distinguidas diferentes formas de interação entre os casais. Marodin (2000) descreve os casais “tradicionais patriarcais” os mais relevantes para a compreensão da violência contra a mulher. Tradicionalmente, os casais patriarcais mantêm um relacionamento baseado em “um sexo domina o outro”. Nesse tipo de casal, o homem assume o papel de provedor e chefe da família. Quando as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e pela criação dos filhos, elas trabalham sem remuneração e dependem financeiramente de seus maridos, “[...] aumentando o poder masculino e a impotência feminina, a imaturidade e a dependência” (MARODIN, 2000, p. 11). No modelo de família patriarcal, os problemas familiares devem ser resolvidos em casa, transmitindo à comunidade a ideia de uma família harmoniosa (AZEVEDO, 1985).

É nesse contexto de desigualdade hierárquica entre os papéis de gênero que se desenvolve a violência doméstica contra a mulher. Segundo Saffioti (2004) a violência se caracteriza pela “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.” (p. 17).

Para Chauí (1984) a violência é entendida:

Primeiro, transformar diferença e assimetria em relações hierárquicas desiguais com o objetivo de dominação, exploração e opressão. Ou seja, diferenciar em desigualdade a relação desigual entre superiores e inferiores. Segundo, como forma de tomar as pessoas não como sujeitos, mas como comportamento, caracteriza-se pela inércia, passividade e silêncio, de modo que a violência ocorre quando as atividades e os discursos dos outros são impedidos ou cancelados. (Chauí, 1984, p. 35).

No caso das mulheres, essa violência caracteriza-se por sua desvalorização na sociedade. Essa desvalorização tem a ver com papéis de gênero em que o homem é o detentor do poder e a mulher é quem deve obedecê-lo, mesmo que tenha que ir contra sua vontade para isso. Nesse contexto, a mulher deixa de ser uma pessoa com desejo e passa a ser tratada como “coisa” (CHAUÍ, 1984).

A violência contra a mulher ocorre por meio do comportamento e das atitudes masculinas e pode assumir diversas formas: psicológica, sexual, patrimonial e física (BRASIL, 2012). A violência psicológica faz parte da dinâmica do relacionamento, a

necessidade do homem controlar a mulher, abrindo a porta para outras agressões no relacionamento, pois na maioria das vezes a violência começa de formas mais sutis, abusando, ameaçando, humilhando e até piorando em frequência e intensidade, o que eventualmente leva à agressão física. Portanto, pode-se concluir que a violência psicológica permite que outros tipos de violência se estabeleçam na relação (HIRIGOYEN, 2006; PIMENTEL, 2011).

Na violência psicológica, o parceiro é visto como objeto, de modo que o agressor não consegue identificar as emoções e sentimentos da vítima. A pessoa que comete essa violência visa subtrair a vontade do outro e fazê-lo perder sua identidade. O objetivo do agressor é manter a obediência da outra parte e assegurar e afirmar sua posição de poder na relação (HIRIGOYEN, 2006; PIMENTEL, 2011).

A violência psicológica é muito sutil e, como resultado, muitas mulheres demoram a perceber que estão em um relacionamento violento. Quando perceberam isso, o nível de violência psicológica havia se intensificado. Para mostrar quem está no poder, aterrorizar e humilhar o outro lado, o agressor usa olhares desdenhosos, tom ameaçador e palavras humilhantes. Nesse tipo de violência, a vítima acaba internalizando o que a outra pessoa pensa dela e, ao fazê-lo, começa a sentir que deve ser agredida, acreditando ser justo ou natural a maneira pela qual é tratada pelo companheiro (HIRIGOYEN, 2006; PIMENTEL, 2011).

Alguns atos de violência psicológica de um dos parceiros, por se tornarem a atitude cotidiana do casal, são naturalizados pela sociedade, dificultando a percepção da mulher em um relacionamento marcado pela violência psicológica (HIRIGOYEN, 2006; PIMENTEL, 2011; SOARES, 2005).

O controle, dependendo de como é utilizado, pode ser classificado como um tipo de violência psicológica. No início de um relacionamento, o controle é visto como uma forma de cuidado e carinho que faz com que a pessoa não saiba que está realmente sendo violada. O controle pode estar relacionado à ideia de propriedade. O controlador monitora e domina o outro como se fosse um item em sua posse, impedindo-o de se movimentar livremente, crescer profissionalmente, aprender e treinar sozinho (HIRIGOYEN, 2006; PIMENTEL, 2011; SOARES, 2005).

O isolamento imposto pelo parceiro a mulher é outra forma de violência psicológica. O propósito do isolamento é deixar as mulheres com nada além de seu parceiro. Ao fazer isso, ela acaba ficando completamente dependente de seu agressor financeira, social e emocionalmente, criando uma verdadeira prisão psicológica. Os atacantes usam uma variedade de táticas para isolar as vítimas. Pode ser pegar o telefone dela, proibi-la de fazer ligações, manter contato com outras pessoas ou até mesmo colocá-la contra pessoas próximas, como amigos e familiares. O isolamento pode ser entendido como causa e efeito do abuso, pois a mulher se encontra sem saída e sem apoio para sair da situação (HIRIGOYEN, 2006; PIMENTEL, 2011; SOARES, 2005).

O assédio também existe como uma forma de violência psicológica. O assédio muitas vezes se dá pela necessidade de perseguir e monitorar a mulher, interrogá-la para obter a confissão de algum comportamento e, mesmo que respondido, o interrogatório continua até que se diga o que alguém quer ouvir. Na maioria das vezes, o assédio ocorre quando acontece a separação (HIRIGOYEN, 2006; PIMENTEL, 2011).

Outro tipo de violência contra a mulher é a própria agressão física. Como mencionado anteriormente, quando esse tipo de agressão ocorre em um relacionamento, a vítima já está sob controle por meio da violência psicológica (HIRIGOYEN, 2006).

A violência física pode ser entendida como qualquer ato de outrem com a intenção de prejudicar fisicamente a vítima. No caso da violência contra a mulher, esse ataque tende a ocorrer quando o homem está aborrecido, ou seja, quando percebe que não consegue manter o controle sobre o relacionamento e, portanto, não consegue controlar a mulher. Ele usa a agressão física como forma de mostrar à sua vítima que tem poder relacional (BRASIL, 2012; HIRIGOYEN, 2006).

Assim como em outras formas de violência, a violência física pode ocorrer várias vezes na mesma relação, porém, o ciclo de violência pode ser interrompido se a mulher condenar seu agressor. Se ela não denunciar, a violência pode aumentar em frequência e intensidade, deixando as mulheres que permanecem em relacionamentos tão violentos se encontrando cada vez mais em risco. Assim, como na violência psicológica, o objetivo da agressão física é eliminar os outros impondo poder e força (HIRIGOYEN, 2006; BRASIL, 2009).

E violência sexual. Nesse tipo de violência, as mulheres são obrigadas a fazer sexo e outros objetivos sexuais, por meio do uso da força, insinuações e ameaças. Essa violência pode ser praticada de várias maneiras, como negar o uso de anticoncepcionais, obrigar a mulher a engravidar ou pedir que ela faça sexo com outra pessoa. Esse tipo de violência tem consequências psicológicas, pois as vítimas são dominadas, rebaixadas e humilhadas (HIRIGOYEN, 2006; BRASIL, 2009).

A violência patrimonial, isolada ou combinada, está predominantemente presente na vida das mulheres idosas e está associada à perda de bens materiais e emocionais. Concluiu-se que a violência patrimonial de natureza complexa e multifacetada significou perda de direitos, luto, dor, medo e sofrimento.

## **5.2 CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DA VÍTIMA DE ABUSO DOMÉSTICO.**

Um dos mitos sobre a violência contra a mulher corresponde à ideia de que essa violência ocorre de maneira casual em nossa sociedade. Uma pesquisa realizada pela Sociedade Mundial de Vítimas informou que o Brasil é o país com mais denúncias desse tipo de violência. A Fundação Perseu Abramo, em 2001, revelou que “No Brasil, quase 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano, sendo 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 4 por minuto e uma a cada 15 segundos. Em 70% dos casos, o agressor é alguém com quem mantém ou manteve algum tipo de ligação emocional.” Esse mito persiste porque apesar do grande número de mulheres envolvidas em relacionamentos violentos, muitas delas ainda não conseguem sair do relacionamento e denunciar seus parceiros na delegacia (BRASIL, 2009).

Outro mito refere-se a “casais brigam, ninguém para colocar a colher, roupa suja em casa”. A violência contra a mulher deve ser tratada como um problema de saúde pública devido ao grande número de vítimas desse fenômeno e, como aponta o estudo acima, o Estado deve, portanto, criar intervenções, não as criar. Não apenas punitivamente, mas também por meio de medidas socioeducativas voltadas igualmente para a prevenção e promoção da saúde da mulher (BRASIL, 2009 e SOARES, 2005).

“A violência doméstica só acontece em famílias de baixa renda”, é outra crença infundada. A violência não escolhe quando ou onde acontece, todos nós estamos vinculados a ela. Com poucas exceções, a violência não foi associada à psicopatologia do indivíduo. Este é um fenômeno que tem suas raízes no patriarcado, de modo que não há distinção entre raça, classe social e econômica devido às regras culturais estabelecidas pela sociedade. A diferença é que as mulheres de classe média alta têm mais recursos para escapar da situação e esconder a violência que vivenciam. Essa informação pode ser corroborada pela mídia, pois as notícias de violência cometida por pessoas de alto poder aquisitivo são divulgadas apenas quando há homicídios (BRASIL, 2012; OLIVEIRA, 2004).

“As mulheres apanham porque gostam ou porque provocam.” É outro mito que precisa ser destruído. Quando as mulheres decidem manter o relacionamento, mesmo que já tenham sofrido diversas formas de violência, seu objetivo não é continuar sendo agredidas, mas sim “salvar” a relação. Muitos acreditam que o agressor vai mudar, enquanto outros não conseguem encontrar forças para sair da situação porque muitas vezes dependem deles emocional e financeiramente. Outro fator que dificulta o rompimento de um relacionamento violento é o medo da vítima, gerado pelas ameaças do agressor a ela e sua família. Além disso, muitas mulheres se sentem culpadas pela violência que vivenciam e acreditam que poderiam ter feito algo para evitar que isso acontecesse. Por outro lado, têm sentimento de culpa e empatia pelo parceiro ofendido, também têm vergonha de pedir ajuda por terem sido afastados de seus amigos, vizinhos e familiares pelo agressor, e não acreditam que alguém possa ajudar. Essa é apenas algumas das várias explicações que podem ser dadas para o fato de as vítimas permanecerem na relação com seus agressores. Contudo, é necessário que cada caso seja tratado de forma particular, levando em consideração, que cada pessoa reage de forma diferente quando se encontra em determinada situação (SOARES, 2005 e CARDOSO, 1997).

“A violência só acontece nas famílias problemáticas.” A violência doméstica pode acontecer em qualquer família, desconstruindo esse mito. O perfil do atacante ainda não foi rastreado porque há mais de um determinante de comportamento explosivo ou agressivo. As características de personalidade, bem como a história de vida familiar e sociocultural do indivíduo devem ser consideradas na compreensão das causas do comportamento violento (SOARES, 2005).

“Os atacantes não sabem controlar suas emoções.” O mito é baseado na cultura patriarcal e nos estereótipos sobre a masculinidade, que é inerentemente masculina e agressiva, mas se for verdade, os homens não seriam apenas masculinos em mulheres e crianças, e exerceriam poder sobre todos os homens masculinos. Em quem ele mora. Portanto, há uma relação de poder e dominação entre os papéis de gênero, e um homem acredita que tem o direito de agredir sua esposa e que sairá impune (SOARES, 2005).

Outro mito é: “Se a situação for tão grave, a vítima logo abandonará o agressor.” Para terminar o relacionamento, a mulher deve estar preparada para passar por um longo processo. Antes de tudo, ela precisa estar preparada psicologicamente e financeiramente, pois o rompimento é sempre doloroso, e muitas mulheres dependem de seus maridos e estão acostumadas a “donas de casa”. Esse processo pode levar anos para ser concluído porque as mulheres precisam se sentir empoderadas para sair do relacionamento. E, em muitos casos, ela não tem rede de apoio, o que dificulta esse empoderamento e o término do relacionamento. Dessa forma, o Estado pode ajudar as mulheres envolvidas em situações de violência doméstica e doméstica por meio de seus programas de apoio psicossocial às vítimas e prevenção de tais situações (BRASIL, 2012; SOARES, 2005; OLIVEIRA, 2004).

Geralmente a violência contra a mulher é conceituada por fases e funciona em ciclos. Ainda assim, é fundamental frisar, que nem toda relação marcada pela violência persistem desta maneira, apesar de que, esta seja comum acontecer. O ciclo da violência é descrito por quatro fases que se dão de forma continuada e tendem a se aumentar cada vez que se repetem, reforçando o risco da vítima ser gravemente ferida ou assassinada (SOARES, 2005; HYRIGOYEN, 2006).

A primeira fase do ciclo da violência é indicada pela tensão na relação. Estabelecida pela violência psicológica que se dá, no decorrer de agressões verbais, ciúme patológico, controle, furto de objetos, ameaças etc. Esse momento não possui um momento certo de duração e nela, a mulher tenta se comportar de forma a evitar a violência e acredita na chance de fazer com que o companheiro contenha sua raiva, deixando de lado suas próprias vontades e desejos. O homem por sua vez, culpa a mulher por não estar realizado com sua própria vida e utiliza-se dessa justificativa para responsabilizá-la pela

violência cometida. A mulher, quando não consegue evitar a violência, sente-se acusada e responsável pela agressão sofrida, procurando não atribuir seu companheiro pelo ato cometido e internalizado as falas do autor (SOARES, 2005; HYRIGOYEN, 2006).

A segunda fase é caracterizada por “surtos violentos”. Este é o estágio mais curto, mas mais arriscado para a vítima. Esta é a fase em que um homem perde o controle sobre si mesmo e começa a agressão física e/ou sexual. Nesta fase, o homem sente-se totalmente superior à mulher, colocando toda a sua força e poder sobre ela. Para ele, era como se a tensão antiga tivesse sido liberada, e a mulher tivesse pouca resposta do medo e da culpa criados pela violência psicológica sofrida durante a primeira fase do ciclo. A violência piora quando uma mulher tenta responder porque o homem precisa manter o controle sobre ela. (SOARES, 2005; HYRIGOYEN, 2006)

O terceiro estágio é caracterizado pelo “estágio do pedido de desculpas”, no qual o homem reconhece a responsabilidade por suas ações e tenta diminuir a gravidade de suas ações pedindo perdão pelo que fez. Para não lidar com a culpa, os homens usam como desculpa a interferência de fatores externos como o álcool e o estresse. Ele diz que isso não se repetirá, fazendo o que for preciso para que ela o perdoe. No momento em que o homem tenta fazer com que o relacionamento não acabe ele está sendo sincero, contudo, isso não significa que ele promoverá mudanças em seu comportamento (HIRIGOYEN, 2006).

Por fim o quarto estágio onde os homens realmente mudam seu comportamento por um período. Torne-se mais afetuoso e atencioso. Ele se torna o homem por quem ela se apaixonou no início do relacionamento, cumprindo a promessa da etapa anterior. Nesse momento, as mulheres retiraram suas queixas na delegacia. Essa mudança acontece porque os homens foram expostos ao medo do abandono. No entanto, o mesmo sentimento pode fazer um homem voltar à sua atitude violenta para manter o controle sobre o relacionamento. Essa fase só torna as mulheres mais resistentes à violência e mais esperançosas de que seus parceiros mudem, fazendo com que o ciclo recomece. (SOARES, 2005; HYRIGOYEN, 2006).

Muitas mulheres passaram por esse ciclo tantas vezes que acabam naturalizando a violência que vivenciam e/ou encontrando formas de justificá-la ou minimizar seu impacto. Se esse ciclo não for quebrado, a vida das mulheres pode

estar em risco em determinados momentos, daí a importância da Lei Maria da Penha. Como um meio de interromper este ciclo (HIRIGOYEN, 2006).

### **5.3 APOIO PSICOLÓGICO A VÍTIMA.**

As mulheres que vivem ou viveram há algum tempo, muitas vezes sofrem ida como algo natural, em especial, quando se trata da violência psicológica, que ocorre de forma mais ardiloso o que complica sua identificação. A partir do momento em que a mulher admite a violência sofrida, que este tipo de atitude é abusivo e traz males para sua pessoa ela perderá capacidade de incitar recursos para sair dessa situação. (MONTEIRO, 2012).

A mulher que foi vítima de violência, em muitos casos, é transformada em objeto seu companheiro e depois por ela mesma que aceita e introjeta de forma passiva aquilo que o homem diz a seu respeito. O psicólogo fará o papel de auxiliar a mulher a perceber que ela experienciou uma situação de violência praticada pelo seu companheiro ou ex companheiro, mas que a culpa não foi dela. Muitas mulheres justificam a ação praticada pelo homem culpando-se ou atribuindo a causa da violência a fatores externos a ele. Contudo, isto é um dos objetivos dos homens violentos. Eles negam a responsabilidade pelo ato agressivo e tentam de todas as formas fazer com que a mulher acredite que a culpa foi dela. (HIRIGOYEN, 2006).

As vítimas possuem dificuldade para reconhecer a violência como algo fora do padrão normal de relacionamento. Muitas se perguntam se a atitude do parceiro foi uma violência ou não. Uma das intervenções que o psicólogo poderia fazer seria questionar a pergunta da vítima, a fim de fazer com que ela mesma pense e chegue a sua conclusão. Uma boa pergunta seria: “Se você fizesse a mesma coisa, como é que seu cônjuge reagiria?”. (HIRIGOYEN, 2006).

A psicoterapia se diferencia do atendimento psicossocial em grupo ou individual, pois, na psicoterapia, o principal objetivo é ampliar a consciência da significação dada pela vítima às agressões do parceiro, do processo de negação e repressão de experiências, que podem acirrar o sofrimento e o conflito com o outro. Já na intervenção psicossocial o objetivo é empoderar a vítima para transformar ou sair da situação de violência, descobrindo formas de

lutar pelos seus direitos, realizar seus desejos e objetivos de vida. (TENÓRIO, 2012).

Na psicoterapia, o psicólogo precisa adotar uma postura ativa e mostrar para a mulher de maneira clara, que as atitudes aparentemente normais do parceiro, que lhe causaram algum tipo de vergonha, ou insegurança, na verdade são de caráter violento. (TENÓRIO, 2012.)

Nesse contexto, o psicólogo não deve adotar uma postura neutra, pois as mulheres vítimas de violência buscam apoio e assistência. O terapeuta pode intervir solicitando ao paciente que nomeie aquilo que é agressivo para ele e fale como se sente diante de um comportamento agressivo, sem negar suas emoções, pois, assim, o paciente consegue sair do bloqueio emocional. Esta intervenção auxilia o paciente a dar nome à violência sofrida, bem como, a reconhecer suas emoções que durante muitos anos foram negadas e reprimidas. Auxilia no processo de construção do sujeito, como ser no mundo. (HIRIGOYEN, 2006).

Outra etapa do processo terapêutico é fazer com que a mulher não se sinta responsável ou culpada pela violência sofrida. Pois o parceiro, utilizando-se de vários tipos de manipulação, a fez acreditar que a culpa é dela. Na psicoterapia o caminho é fazer com que a pessoa se sinta responsável pelo próprio destino. No atendimento à vítima, o trabalho também será feito desta forma, evidenciando as possibilidades de mudança que a pessoa vitimada pode fazer em relação ao agressor e isso só depende dela. (HIRIGOYEN, 2006).

Na psicoterapia, o objetivo é trabalhar para que as vítimas se sintam livres de uma culpa que não é delas. Para que isso seja feito, a vítima deve saber que quando se encontra numa relação de violência a dificuldade de reagir é maior, porque ela se encontra sob influência e manipulação do outro, o que impede a percepção da realidade tal como ela é. Quando a mulher consegue enxergar que ela não é culpada, que na verdade é vítima e quem deve se responsabilizar pela relação violenta é o parceiro, as soluções começam a aparecer. (HIRIGOYEN, 2006).

No entanto, a atuação do psicólogo deve ter esse formato quando a relação conjugal violenta é assimétrica. Isto é, o homem assume, visivelmente, o papel de dominador e a mulher de dominada. Nesse papel, a mulher se sente frágil e impotente diante de seu agressor, submetendo-se a este e interiorizando a culpa que é dele. Nesse contexto, a mulher vivencia uma situação de impasse, pois embora esteja sofrendo na relação, a possibilidade de separação também é insuportável, devido ao sentimento de incapacidade para reconstruir sua vida sem o parceiro. Na violência

conjugal assimétrica, a vítima, geralmente, mantém uma relação de co dependência em relação ao agressor, tornando-se indispensável o resgate da autoestima, autoconfiança e autonomia através de um processo de conscientização de si mesma, de suas necessidades, desejos, potencialidades e capacidade para transformar sua vida e promover sua autorrealização independente do outro. (TENÓRIO, 2012).

No contexto da violência a mulher possui uma autoestima baixa, não acredita em si mesma, pois aprendeu durante anos a ser submissa, sem autonomia para tomar decisões e fazer escolhas por conta própria. É esse o fenômeno do assujeitamento que deverá ser trabalhado na psicoterapia. Uma das possibilidades de realizar esse trabalho é pedir para que ela faça listas contendo seus pontos positivos e suas conquistas diante da vida. Desta forma, ela perceberá que é capaz de alcançar novos objetivos, terá possibilidades de pensar em novos sonhos e metas para sua vida. É um processo de libertação, de reconquista e reconhecimento. A pessoa consegue superar o sofrimento psíquico quando possui uma boa autoimagem, quando tiveram na infância boas experiências afetivas, produzindo o sentimento de segurança e confiança em si mesma. Para conseguir mudar sua história a mulher precisa, primeiramente, aceitar a história que construiu até o momento. É a partir da aceitação de si mesma e da sua história que ocorrem as possibilidades de mudança subjetiva. (HIRIGOYEN, 2006).

Outro aspecto importante a ser trabalhado durante o processo terapêutico é aprender a estabelecer limites. Em um relacionamento marcado pela violência, onde o homem exerce seu poder e dominação sobre a mulher, esta fica impossibilitada de reagir e colocar seus limites. Portanto, uma etapa importante do processo é ensinar a mulher a impor suas vontades. Quando a mulher demarca seus limites de forma clara, o parceiro os compreende e percebe que não pode ultrapassá-los. (HIRIGOYEN, 2006).

Na terapia, isso não acontece do dia para a noite, é um processo longo, no qual as mudanças podem ser percebidas aos poucos. Dizer a si mesma que não quer ser objeto de poder, e sim dona de si mesma. A mulher precisa reconhecer seu próprio limite para estabelecê-los. Algumas se perguntam se amam o agressor o suficiente. Contudo, a questão não é o amor. A questão é se apesar do amor, o relacionamento nos faz bem. Se amamos algo que para

nossa saúde física, psíquica e mental nos é destrutivo, qual caminho devemos escolher? (HIRIGOYEN, 2006).

Quando a mulher se encontra num processo de psicoterapia ela começa a recuperar sua capacidade crítica sobre as coisas que são boas ou ruins para ela. Percebem quando começa a ocorrer uma violência e quando o homem é violento e percebe também que estes comportamentos do homem servem para esconder seus próprios medos e fragilidades. “A submissão cessa quando a vítima se conscientiza de que, se não ceder, o outro não terá nenhum poder”. (HIRIGOYEN, 2006, p.188). Trabalhado esses aspectos acima, poderá ser feito com o paciente, uma análise da sua história individual, a fim de compreender em quais momentos da sua vida ela se tornou vulnerável a este tipo de relacionamento e criar possibilidades de mudanças subjetivas.

É importante analisar e compreender se existem na mulher traços de dependência emocional. Assim como uma pessoa pode tornar-se dependente de substâncias entorpecentes como álcool ou drogas. A mulher pode se tornar dependente do parceiro agressor. A dependência pode ser compreendida como uma condição emocional, psicológica e comportamental que se desenvolve como resultado da exposição prolongada de um indivíduo e da prática de um conjunto opressivo de regras que impedem a expressão aberta de sentimentos e a discussão direta de questões pessoais e de relacionamento. É importante compreender se a mulher possui características codependentes porque quando se descobre o problema é possível encontrar uma solução, bem como direcionar o tratamento da psicoterapia. (BEATTIE, 1992).

Muitos desses procedimentos também são aplicados no atendimento psicossocial individual e de grupo, a diferença é que nesse tipo de atendimento as questões emocionais ligadas a situações mal resolvidas no passado e os mecanismos de defesa que dificultam a consciência dos motivos que a fazem permanecer na relação violenta não são trabalhados, como acontece no atendimento psicoterápico individual. (MONTEIRO, 2012).

No acompanhamento psicológico com a mulher, vítima de violência doméstica, o psicólogo deve ajudá-la a transformar sua autoimagem e a resgatar sua autoestima, que durante a relação violenta pode ter sido minada com sentimentos de menos valia, impotência, incapacidade, culpa e insegurança. Outra questão importante que o psicólogo deve trabalhar com a vítima é a ampliação da consciência, para que ela

perceba os motivos que a fazem continuar na relação, que a fazem permanecer fixada no algoz. O profissional deve ajudá-la a identificar quais são as perdas e os ganhos que ela tem ao continuar fixada na relação. Outro aspecto importante a ser trabalhado é auxiliar a vítima a mobilizar energia, para sair da situação de submissão e do papel de dominada no qual se encontra. Para isso a vítima precisa mudar sua postura diante do agressor ou reconstruir sua vida longe dele. (TENÓRIO, 2012).

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para realização do projeto de pesquisa foi a Bibliográfica, na qual segundo Gil (2002, p. 61) consiste em:

Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa.

Com isso foi utilizado livros, revistas, artigos, monografias e dissertações para a elaboração do corpo teórico do trabalho.

Com o intuito de informação a sociedade e principalmente o público feminino, levando mais informações as mulheres vítimas que sofrem ou já sofreram violência doméstica saberem dos seus direitos, das leis que visam a segurança de cada uma delas, desconstruindo os paradigmas sociais e culturais, incentivando a perderem o medo de denunciarem, e não se calar para que assim, seja uma forma de se proteger. Colocando em pauta uma forma de alerta as vítimas sobre o que é caracterizado abuso doméstico, e quais as consequências podem acontecer para com o agressor.

Para que assim, o tema influencie a reflexão por parte de toda e qualquer mulher que de alguma forma já sentiram violentada de alguma maneira, seja a agressão verbal, moral, psicológica ou física, alcançando aquela que não tem conhecimento dos direitos que regem a sua segurança diante de quaisquer tipos de violência.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, nota-se diante o exposto que esse trabalho pôde esclarecer sob a luz da teoria, e de maneira geral, a forma de atuação do psicólogo com mulheres que sofrem ou sofreram abuso doméstico. Esse é um tema bastante presente e que tem crescido significativamente no Brasil e no mundo. Comumente são noticiados inúmeros casos de violência contra a mulher, seja ela física, moral, psicológica ou sexual. Todavia, independente da forma, tipo e quem praticou, o psicólogo pautará sua atuação no acolhimento e apoio psicossocial dessa vítima, que chegará com grande carga emocional.

Os conceitos enraizados na cultura Brasileira desde os tempos antigos contribuem ainda mais para o surgimento de novos casos de abuso doméstico, e conseqüentemente o receio e as ameaças impostas a elas também contribuem significativamente para o silenciamento da voz feminina no tocante às denúncias, o medo e o receio acabam levando-as a não procurarem ajuda judicial. Entretanto, ainda existem aquelas que mesmo com esse comportamento tomam a iniciativa de buscarem ajuda. Assim, quando há esse movimento de compreensão da mulher em relação as atitudes, comportamentos e trejeitos mesmo que velados, acaba tornando-se um impulso para sair dessa situação de violência.

Devido a isso, diante a necessidade de expor a violência, assim como os agressores, foram surgindo movimentos feministas de empoderamento feminino, que, por meio da informação, influenciam diariamente uma gama de mulheres a levarem o abuso doméstico ao poder judiciário, onde, busca-se nas leis, principalmente na Lei Maria da Penha, proteção, resguardando seus direitos á sua integridade física e emocional.

Por isso, ressalta-se a necessidade emergente dos profissionais de psicologia em serem capacitados e preparados para lidar nos seus consultórios frequentemente com mulheres vítimas de abuso doméstico, bem como violência. Visto que esse profissional desenvolve um trabalho ativo de norteador do reconhecimento da violência, contribuindo assim diretamente na melhoria dos sinais, sintomas e sequelas emocionais, que por meio de diversas técnicas torna-se um agente terapêutico, que influenciará intrinsecamente na saúde como um todo dessa população.

Dessa maneira, este artigo relatou e demonstrou a importância do trabalho do psicólogo que atua no contexto de violência contra a mulher, que por meio da psicoterapia seja ela individual ou grupal, juntamente com a mulher, une esforços para

chegar ao resgate de si, que, durante a relação tóxica viu-se anulada. O psicólogo levará essa paciente a refletir sobre as condições que vive, assim como auxiliará na redescoberta de suas vontades, desejos, sonhos, saúde emocional, e autoestima, trabalhando também os sentimentos de insegurança e culpabilização. Cada caso de abuso doméstico é único, por isso, é preciso entender e respeitar a subjetividade da vítima, da história e do caso em questão.

Além disso, é responsabilidade do profissional se desprender de qualquer julgamento para acolher essa vítima que chegará até ele imersa em sofrimento. Apesar de estar no código de ética profissional do psicólogo apresentar uma postura neutra, diante a demanda de violência psicológica, existem casos em que esse profissional assumirá uma postura interventiva mais responsiva, como auxiliar a vítima na tomada de decisão de realizar a denúncia. Também deixar a vítima ciente de seus direitos perante a lei, e as atitudes que ela deve tomar a partir de tal acontecimento para se proteger, prevenir e promover sua segurança.

Por fim, destaca-se que o desenvolvimento desse artigo promove diversas discussões a respeito do tema, que é visto perante a sociedade como um problema social, levando em consideração os casos que diariamente crescem na população.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres Espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- BEATTIE, Melody. Codependência nunca mais. Ed.1. [s.l: Best Seller, 1992].
- BEAUVOIR, Simone. O segundo Sexo: Os fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Coordenação Para Assuntos da Mulher. Conselho dos Direitos da Mulher. De Olho na Lei Maria da Penha Comentada. Brasília, set. 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm).

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal. Núcleo de Gênero da Coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos. Mulher, Valorize-se: Conscientize-se de seus direitos. [s.l.: núcleo de gênero da coordenação dos direitos humanos, 2012].

CARDOSO, N. M. B. Psicologia e Relações de Gênero: A socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. IN: A V Zanella; M. J. T. Siqueira; L.A Lulhier & S.L. Molon. Psicologia e Práticas Sociais. (pp. 280-292). Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997.

CHAUÍ, Marilena. "Participando do Debate sobre Mulher e Violência". In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, São Paulo, Zahar Editores, 1984.

CORTIZO, Maria del Carmen; GOYENECHÉ, Priscila. Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. Revista katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 102-109, jan. Acessado no dia 23 de maio de 2022.

e autores de violência doméstica. Monografia apresentada ao curso de

HIRIGOYEN, Marie – France. A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MARÍLIA.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/a-metodologia-na-construcao-historica.pdf

MARODIN M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: Strey MN, organizador. Mulher: estudos de gênero. São Leopoldo (RS): UNISINOS; p. 9-18. 2000.

MONTEIRO, Fernanda Santos. O papel do psicólogo no atendimento às vítimas

MONTEIRO, Fernanda Santos. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. 2012. 63 p. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília - UniCEUB - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES - Curso de Psicologia, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2593>. Acesso em: 27 ago. 2022.

OIKOS, Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 24, n.1, p.207-236, 2013 Pereira, Lorêto, Teixeira e Souza

OLIVEIRA, Danielle Cristina.; SOUZA, Lídio. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. Estudos e pesquisa em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 34-50, jan./dez. 2006.

- OLIVEIRA, Kátia Lenz César de. Quem Tiver a Garganta Maior Vai Engolir o Outro: sobre violências conjugais contemporâneas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- PIMENTEL, Adelma. Violência Psicológica nas Relações Conjugais – Pesquisa e Intervenção Clínica. São Paulo: Summus, 2011.
- Psicologia. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (UniCEUB). Brasília, 2012.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOARES, Bárbara M. IN: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a mulher – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 64p. 2005.
- TENÓRIO, Carelene Maria Dias. Acompanhamento Psicossocial em Grupo de Autores e Vítimas de Violência Conjugal. Trabalho Apresentado no Congresso de Gestalt Terapia. UniCeub, Brasília. 2012.